

Identidade e estigma: reflexões a partir de um estudo de caso no Morro da Cruz, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul*

*Joeverson Domingues Evangelista***

Resumo

O presente artigo propõe apresentar e discutir a contribuição que o estudo de caso realizado ao longo de dezoito meses na região do Morro da Cruz, na periferia de Porto Alegre, tem a fazer para a reflexão sobre a identidade e o estigma nas margens de uma grande cidade, oferecendo novos modos de produção de conhecimento a respeito das populações que ganham invisibilidade e que, a muito custo, tem adquirido espaço e voz para suas demandas e suas visões de mundo.

Palavras chave

Morro da Cruz; antropologia urbana; identidade; assistência social; estigma.

Abstract

This paper aims to present and discuss the contribution that the study conducted over eighteen months in the region of the Morro da Cruz, on the outskirts of Porto Alegre, has to do for reflection on identity and the stigma on the fringes of a large city offering new modes of knowledge production about the populations that gain invisibility and, at great cost, has acquired space and voice to their demands and their worldviews.

Keywords

Morro da Cruz; urban anthropology; identity; social assistance; stigma.

* Recebido em 15 de abril de 2013 e aprovado em junho de 2013.

** Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1. Introdução

Muitas das periferias urbanas brasileiras já gravitam em torno de seus próprios núcleos produtivos e, muito embora não estejam de modo algum desconectadas do resto do tecido urbano, poderíamos falar que são como cidades dentro de cidades (VECCHIO, 2007), conferindo particularidades e demandando de seus moradores algumas estratégias diferenciadas para encarar o cotidiano. Digamos que, nas classes baixas, exista um processo dialético pelo qual elas simultaneamente compartilham traços da cultura dominante (afinal, compartilham muitas vezes os mesmos espaços) e apresentam elementos que não pertencem a essa cultura (OLIVEN, 1980).

No estudo do fenômeno urbano, tal como ocorre no Morro da Cruz, na periferia de Porto Alegre, a reflexão sobre a cidade emerge segundo um caráter social vigente na produção do espaço nas cidades, com especial atenção à constituição das zonas periféricas e à relação de seus moradores e moradoras com o chamado “centro”. Isso sem perder de vista a dinâmica do processo de urbanização e de ocupação do território, no qual as “favelizações” (por meio de ocupações urbanas como a do Morro da Cruz, em Porto Alegre, as quais tentam produzir condições de subsistência a pessoas quase relegadas à própria sorte) e as “nobilizarquizações” (expressas pelo que Tereza Caldeira chama de “enclaves fortificados”, caracterizados como fortalezas onde camadas remediadas da sociedade se valem para se proteger da violência – cf. CALDEIRA, 2000) dos territórios nas cidades acabam por exprimir as hierarquias sociais presentes na sociedade brasileira (DAMATTA, 1985).

Porto Alegre é uma cidade que tem cerca de 1,5 milhão de habitantes, chegando a ter quase quatro milhões na sua região metropolitana. Tal composição a inscreve no rol das maiores cidades brasileiras, com uma economia diversificada e central para o desenvolvimento não só do seu entorno, mas de todo o estado do Rio Grande do Sul, do qual a região metropolitana tem aproximadamente um terço da população. Centro político e administrativo do estado, Porto Alegre foi palco de uma série de experiências inovadoras em termos de administração pública desde o final da década de 1980, sendo o conhecido “orçamento participativo” (OP)¹ uma das mais importantes.

¹ Implementado no primeiro governo do Partido dos Trabalhadores em fins dos anos 1980, o OP, como é comumente conhecido, vem no esteio dos avanços em termos de cidadania conquistados pelos grupos populares mobilizados e legitimados pela “constituição cidadã” de 1988. Representa uma maior intervenção de grupos historicamente alijados das decisões orçamentárias, podendo, então, fazer sua escala de prioridades para contribuir a pautar a maneira como seriam os gastos públicos na administração

De uma forma geral, tais experiências acabavam por implicar numa participação maior da parte da população mais afetada pelo rumo de políticas públicas, inclusive, como no caso mais específico do OP, influenciando também no destino das inversões do poder público nas áreas de infraestrutura e gestão de recursos a serem aplicados, seguindo um complexo sistema de postulação, demandas e votações que, percorrendo a cidade toda, decidiria como parte das alíneas orçamentárias seriam delimitadas. Para além disso, tornava possível a recomposição da cidadania de grupos que se encontravam apartados das benesses necessárias aos seu bem-estar, criando condições para que suas demandas fossem postas na arena pública, viabilizando a mudança das condições de vida dessas populações da periferia.

A tomada de poder conferida por tal iniciativa não foi resultado de uma simples “tomada de consciência” do governo municipal de que o envolvimento da população nos processos decisórios renderia uma maior eficácia no atendimento das demandas locais: as pressões das comunidades e dos movimentos sociais os mais diversificados foram fundamentais para o sucesso desse tipo de iniciativa, tomando corpo e se efetivando de forma duradoura, tornando-se uma característica da própria cidade, independente do governo que tomasse assento no palácio da prefeitura municipal.

Nisso, quero trazer à luz o fato de que muitas das conquistas em termos de melhorias e de nova correlação de forças entre população periférica e poder público passaram pela luta continuada dos grupos articulados nas ditas regiões “carentes” da cidade em se fazerem ouvir e articularem suas demandas valendo-se dos mais diversos instrumentos de pressão, desde manifestações públicas até a criação de associações de moradores que dariam vazão e espaço às demandas geralmente escanteadas pelo Estado. Para tal, as questões de identificação entre os membros dessas comunidades assumem a centralidade para canalizar esforços e, assim, por em curso dinâmicas próprias capazes de agregar os diversos grupos presentes na periferia, especialmente no Morro da Cruz.

Isso constitui um imenso avanço ao se perceber que muitas dessas comunidades tem sido resultado de uma política agressiva de higienização das zonas mais centrais e da expulsão arbitrária de populações dos bairros que hoje são considerados de classe média, tais como a Cidade Baixa e Rio Branco. Comuns em muitas cidades brasileiras,

municipal por meio de assembleias e mediado por mecanismos elaborados para acomodar as distinções e os níveis de atividade de cada um dos grupos envolvidos nos processos decisórios. Após quatro mandatos consecutivos de administrações do mesmo partido, a transição para um candidato de oposição na eleição de 2004, embora com algumas mudanças, não impediu a manutenção do instrumento.

essas políticas higienistas marcam até hoje a invisibilidade que se permite conferir às populações periféricas habitantes de outras regiões da cidade. Em Porto Alegre, estudantes da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) ignoram o fato de que o Morro da Cruz que tanto ouviram falar como região “violenta e interdita” se encontra a poucos metros de distância da “segura” universidade em que estudam². Esse dado denota como a invisibilidade de certos grupos relegam a estes uma espécie de aura mística e distante, como se fossem ilhados em sua própria miséria, vivendo numa outra realidade e, por conseguinte, permitindo um eficaz alheamento por parte dos “de cima”³ no que tange à realidade efetivamente circundante.

Como já dito, a importância de Porto Alegre para a economia rio-grandense é significativa, atraindo para seu território uma série de pessoas que buscam melhorias em suas vidas e incremento de renda arriscando-se a sair do interior do estado em busca de melhores oportunidades. De subalternos no interior, em geral oriundos do mundo rural e do sistema de relações por ele engendrado, tornam-se parte do grupo subalterno na cidade grande que não os vê com bons olhos e como fonte de novos problemas sociais. Tais migrantes são rapidamente deslocados rumo a essas regiões mais afastadas, incorporando-se ao já largo grupo de pessoas que a “boa cidade” não quer. Jogados à própria sorte, esse novo contingente populacional é direcionado⁴ também às regiões periféricas da cidade, no melhor estilo de “jogar para debaixo do tapete” o problema social que o inchamento das metrópoles tem sempre proporcionado.

Evidentemente que sem políticas públicas que possibilitem a absorção desses contingentes a situação já precária da periferia tende a piorar ainda mais; a ausência de infraestrutura básica urbana, aliada a uma cultura política de abandono dessas áreas, cria um caldo onde pessoas das mais diversas origens se veem na necessidade de cooperar e dar jeito às diversas dificuldades que marcam a ocupação de um território quase sempre inóspito onde se situavam as periferias nas décadas passadas. Com o Morro da Cruz, esse processo foi ainda mais traumático devido à própria geografia acidentada e ao

² Fato este reportado por uma de minhas entrevistadas durante a pesquisa que, moradora do Morro da Cruz e incluída num dos programas sociais do Instituto Leonardo Murialdo (rede católica de assistência social de presença marcante na região), que lhe conferiu uma bolsa de estudos na instituição de ensino e que me relatou o desconhecimento por parte de seus colegas, habitantes de regiões mais “nobres” da cidade, da localização do Morro.

³ Este termo não é nativo, mas cunhado pelo grande pensador da realidade brasileira Florestan Fernandes: sua oposição entre os “de cima” e os “de baixo”, presente em sua vasta bibliografia, se encaixa muito bem na dimensão que pretendo dar à hierarquia presente e bem marcada, expressa nos mais diversos níveis e situações na desigual sociedade brasileira.

⁴ Quando não é a polícia, é a própria dinâmica do mercado imobiliário se encarrega de “encaminhá-los”.

afastamento que o lugar tinha em relação aos serviços públicos mais básicos, tais como transporte, educação, saúde e saneamento básico. As barreiras territoriais ganham, pois, contornos de barreiras sociais, isolando seus moradores do convívio com o resto da cidade e deixando-os lançados à própria sorte.

2. Comunidade e bairro, identidade e estigma: lições etnográficas no Morro da Cruz

O caminho que me foi oferecido pela experiência etnográfica foi o de que não são anjos da morte os moradores do Morro, vingando-se de sua situação de penúria originária (e que, para manter tal argumento, teria de ter se mantido até hoje assim – o que também não é verdade), bem como não são somente cordeiros passivos sendo imolados pela engrenagem do “sistema”. São pessoas com aspirações e dilemas, os quais muitos dos que falam a respeito não fazem a mínima ideia do que se trata. Dilemas que envolvem a subsistência e a sobrevivência numa escala que não está nos livros e sim na pele e nos olhos lacrimosos das pessoas que relembram de seus períodos mais difíceis, tornando mais complexa a tarefa de tentar deslindar a constituição e a instituição da identidade em grupos sociais, mantendo-nos afastados de pré-noções e prejulgamentos simplificadores que se embutem quando pensamos nesse contexto.

Eram períodos difíceis que não resultariam só da falta de suprimentos ou mesmo de transporte para uma educação melhor, mas, também, do confronto direto entre as regulações morais advindas de casa, da família e da realidade nua e crua da cidade. Esta os fazia ver e sentir o quanto estavam desfavorecidos em suas lutas diárias, quer por onde residiam, quer pela cor da pele que tinham, quer pela origem rural que carregavam para cidade, juntamente de um sistema de valores e crenças que uma cidade hostil parecia fazer questão de subordinar aos seus interesses. Uma batalha que era feita num campo que favorecia acintosamente sua derrota e a dos ideais que herdavam para lidar com tais adversidades.

Nesse confronto, os estigmas assumem um papel central para compreender e refletir sobre como se estruturam essas comunidades e como se pode pensar questões em torno de suas identidades a partir dos estereótipos calcados nesses estigmas. Apagar seus traços de origem, maquiagem a sua trajetória e depender da bondade dos “de cima” são alguns dos recursos usualmente assinalados por esses grupos como disponíveis para efetivamente obter melhora de vida: seja ocultando o bairro onde mora, seja usando roupas que não denunciem sua origem ou mesmo a negue (sob o signo das “marcas

caras”), um jovem de periferia não tem muito o que almejar a não ser contar com a sorte de que ninguém descobrirá ou apontará sua “deficiência” publicamente.

Como recorda Goffman, “a questão que se coloca não é a da manipulação da tensão gerada durante os contatos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre o seu defeito. Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde” (GOFFMAN, 2008, p. 51).

Cabe, pois, reencontrarmos Norbert Elias para dar conta dessa produção de marcas sociais e das diferenciações que se estabelecem entre moradores de um mesmo território. Porto Alegre engloba sua periferia como um corpo estranho, alheio e esdrúxulo; algo que não se orgulha em portar dentro de si, uma mácula. Essa mácula é conferida automaticamente aos habitantes das regiões periféricas a partir de generalizações em muito semelhantes as que marcam o convívio entre estabelecidos e *outsiders* na pequena comunidade de Winston Parva (ELIAS, 2005). Calcadas em um convívio entre os dois grupos, tais generalizações são preconceitos objetivados em cada gesto, comentário e insinuação; em cada recusa de emprego, em cada acusação infundada e de todos os olhares que caem sobre os moradores quando esses adentram os espaços, embora públicos, confortavelmente “higienizados” de *shoppings centers* e áreas semelhantes.

Os jovens crescem sendo menosprezados e ignorados, sob o signo de uma desconfiança e de um mal-estar muitas vezes justificado em termos que não permitem contestação, principalmente porque os espaços onde essa lógica irrompe e se faz sentir são carregados de um desequilíbrio de poder tal que permite a eficácia de sua estigmatização. Ou, como nos lembra mais uma vez Elias, “a peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa também é a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo *outsider* por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS, 2005, p. 23).

A figuração de que fala Elias é justamente a *estabelecido-outsider* e que tenta combinar as estruturas de personalidade com estruturas sociais que produzem as diferenças entre os grupos (ELIAS, 2005). Embora no caso de uma grande metrópole seja mais difícil obter a “homogeneidade” que conferiria mais estabilidade a esse tipo de

estigmatização, é importante salientar que o carisma grupal dos estabelecidos está associado também ao compartilhar de um espaço “nobre” dentro da cidade, espaço a ser defendido a qualquer custo de qualquer incursão “estranha” e desestabilizadora. E, quanto mais tênue se torna esse equilíbrio, mais fortes tendem a ser os mecanismos postos em curso para a garantia das distinções que asseguram a visibilidade de um em relação à invisibilidade de outros.

Esse tipo de desequilíbrio assenta-se numa espécie de complementaridade entre o carisma grupal dos estabelecidos e a desonra grupal dos *outsiders*: os primeiros produzem socialmente um discurso que mantém afastado e sob rígido controle os segundos (ELIAS, 2005, p. 25). Em casos como o de uma periferia urbana, o afastamento se estende até o nível físico, isolando geograficamente, baseando-se nos estigmas que o “centro” produz a seu respeito. Essa produção estigmatizante feita a partir do centro desvela um processo de pensamento classificatório produtor de categorias essenciais a respeito do que é destoante do seu cotidiano, levando a uma naturalização e legitimação de desigualdades, com o objetivo de justificar e oferecer versões satisfatórias demandadas para a efetivação de um reordenamento discursivo dos eventos sociais mais dramáticos.

A cortina sob a qual vivem os *outsiders*, pois, torna-se mais importante na medida em que os conflitos e as tensões se tornam mais evidentes; cortina tecida a partir de uma produção de diferença calcada nos diferenciais que um grupo tem em impingir sua estratégia discursiva a outro. Estabelece-se, assim, um patamar hierarquizado que procura refletir a disposição destes grupos num território que expressa, a partir da forma como foi distribuída a ocupação no mesmo, as mesmas hierarquias entre valores e condutas no espaço disputado/vivenciado pelas diferentes inserções de seus habitantes. Se, de um lado, temos um grupo arvorado numa posição confortável e capaz de fazer valer suas disposições valorativas, de outro, temos um grupo que, dissolvido numa territorialidade adversa e mal instalado num território a que foi relegado, se torna “cativo” de uma figuração social na qual sempre acaba perdendo. E é nesse campo de batalha, com esse enquadramento desfavorável, que se desdobram as imposturas morais e éticas determinantes de como se dará a relação entre eles. Como reporta Elias, “os grupos mais poderosos (...) veem-se como pessoas ‘melhores’, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos

‘superiores’ podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores” (2005, p. 20).

Tudo isso não serviria para justificar a sua situação, não obstante a ilustre; quem mora na periferia está envolvido numa situação adversa, mas nem sempre lhe é inexorável e a própria necessidade de reformular, de tempos em tempos, os termos em que isso ocorre (seja com uma nova série de reportagens no jornal, seja num assistencialismo quase inócuo) faz atentar para o quanto desse equilíbrio instável tem custo e desafios constantes. Para tanto, as categorias sociais que os indivíduos manejam para organizar e conferir sentido às suas ações devem ser exploradas a fim de desconstruir uma cultura identitária e unitária, desvelando as interfaces entre os múltiplos arranjos culturais, revelando as possibilidades e os limites do entendimento entre os praticantes desses arranjos (ZALUAR, 1996).

O papel puramente reativo das populações de periferia, quanto mais nos aproximamos da sua leitura dos fatos, mais se configura como sendo mais uma das máscaras que o processo assume: em vez disso, foi possível observar que, ao se assumir como uma comunidade resultante mais de um sentimento que os irmana do que de sua disposição territorial dentro da cidade, o esforço se direciona a escapar das armadilhas em que o discurso generalizante produzido sobre o Morro da Cruz os tenta enquadrar.

Aqui, cabe ressaltar que o que há de mais próximo de uma correspondência entre o Morro da Cruz e uma divisão administrativa é conhecido como Vila São José; nome que raramente se ouviu ser mencionado por moradores ou mesmo pelos profissionais que fazem parte da rede assistencial que “cobre” a região. Esse dado, por si só, parece indício de uma dificuldade crescente que acomete os meios urbanos: a existência de formas alternativas de expressar a identidade a partir de dado território urbano e a incapacidade das entidades burocráticas de levar em consideração os elementos humanos e como eles pensam a si mesmos e o próprio território “desde dentro”. As nomenclaturas oficiais, como nos recorda Bourdieu, têm sua aura de legitimidade garantida a partir de uma produção de tais nomenclaturas à revelia de quem as “vive” (BOURDIEU, 1982, p. 25).

O esforço se orienta no sentido de se dizer e ver o local como comunidade, não como um bairro. Um bairro, como se sabe, é uma unidade administrativa que serve como base para as disposições e atuações do poder público; a comunidade, como ficou claro na fala de inúmeros moradores/as, nesta pesquisa, que moravam no Morro da

Cruz, é muito mais uma entidade moral, baseada na identidade que os movimentos populares ativos no Morro tentam erigir a partir da reunião das experiências concretas de seus moradores. Em outros termos, os moradores do “Morro da Cruz” não são os mesmos da Vila São José, nome oficial do bairro: são todos os que se sentem incorporados a uma comunidade ciosa de sua luta e consciente dos desafios que ainda tem de trilhar para atingir o respeito de que necessitam.

Não só os movimentos põem tal engrenagem identitária em funcionamento: a cada um, no espírito da sua inserção na própria comunidade, cabe enriquecer tal experiência com o acréscimo de noções particulares de pertença à comunidade, muitas vezes comportando as diversas contradições que são inerentes aos processos identitários dessa natureza, qual seja, a de regiões estigmatizadas e cuja história é marcada por um constante conflito entre o que querem ser e o que dizem que são. Os movimentos, por seu turno, acabam por ser porta-vozes desses grupos, pois se estruturam e são visados como representantes legítimos pelos “de fora” (aqui inclusos o poder público e a população do resto da cidade), na babel que se constituem espaços não homogêneos de vivência. Essa espécie de “mandato” de porta-voz, por sua vez, se encontra dentro dos limites que a experiência como morador oferece e como é veiculada e se inscreve no repertório identitário de cada morador.

Goffman, por sua vez, alerta que “(...) dentro da cidade, existem comunidades residenciais desenvolvidas, étnicas, raciais ou religiosas, com uma alta concentração de pessoas tribalmente estigmatizadas e (diferentemente de muitas outras formações de grupos entre os estigmatizados) tendo a família, e não o indivíduo, como unidade básica de organização” (2008, p. 32).

Isso quer dizer que acontece um deslocamento do indivíduo para seu grupo familiar na formação de sua identidade, bem como nas formas que esse sujeito estigmatizado vai forjar sua visão de mundo. Isso proporciona a possibilidade de interpretar o fenômeno identitário sob outra luz que não a usual em outros grupos sociais da cidade cosmopolita e individualista que nos é vendida, e que a periferia seria uma forma mal acabada, ou desorganizada, degenerada do “espaço central” (FONSECA, 2004, p. 13), no qual este é moderno e “produtor de estigma”, conferindo uma unidade imaginada, inventando seu correspondente deformado, tornando possível encarar o social e a sociedade sob o signo de uma totalidade que se força por ser objetiva mediante as regras, dispositivos sociais que dizem como fazer e estabelecer as

distinções.

A coleção de fatos e interpretações a que os indivíduos recorrem para apreender suas experiências enquanto objetivações e concretizações de instâncias idealizadas nos campos valorativos mobilizam, por seu turno, diversos recursos que conformam as margens por onde os atores diversos devem manobrar. É na narrativa que talvez atinjamos os móveis estes, o *frame* [enquadramento] indicador não só do que é explícito e articulado, socialmente objetivado, mas que também possibilita os indícios para o implícito e o inaudito. Não é só na fala que se dispõe para se “expressar o social”: as pausas, não só introspectivas, mas também as que são evidências da coerção e do constrangimento social que se instaura para demarcar as posições e o *status*, regulam os dispositivos pelos quais manobram esses indivíduos.

Isso ainda marca fortemente a memória dos moradores do lugar: as falas dos informantes denotam e recontam os percalços vivenciados pelos moradores para obter as benesses que o processo de urbanização, tardiamente, conferiu àquela parte do bairro:

Quando a gente estudava não tinha colégio, só tinha aquele lá em cima que era dos padres, lá que nós estudávamos e era particular. Mas não tinha colégio, lá era particular, nós estudemos tudo lá no particular. E era particular pra nós e foi para os meus também, pros filhos da gente. Depois que fizeram esses colégios aí.

Ônibus não tinha, era bonde. Eu me lembro que nós íamos lá pro Mercado, nós íamos de bonde, voltávamos de bonde. Até poderia ter ônibus, né?, mas acho que pros outros lados, porque pra cá, no Paternon, aí não tinha ônibus. Aaah, tinha que descer tudo. Pegava lá na frente da [Igreja] São Jorge; aí de lá da São Jorge a gente pegava lá e subia tudo lá e vinha embora de a pé. (...) Era grande a distância.

Certamente, isso proporcionou aos moradores arranjos que acabam por indicar a diversidade dos tipos de interações que se instituíram ao longo do desenvolvimento da região. Não é, portanto, só pela ausência, pela falta e pelo abandono que se caracterizaria a experiência de viver no Morro: as formas de sociabilidade, solidariedade e a própria relação com o resto da cidade possuem lógicas particulares que caracterizam o Morro como um lugar onde pulsa o signo do moderno, mas de outra forma, menos integrada e menos articulada com a discursividade excludente que a cidade (e aqui o “centro” produtor de um discurso hegemônico se faz sentir uma vez mais) produz sobre sua periferia.

Uma periferia que tem suas regulações e disposições e as operacionaliza de um jeito muito próprio: a noção de “pedaço”⁵ é fundamental para entender as margens do

⁵ Noção que se refere ao espaço (ou um segmento dele) demarcado e convertido em ponto de referência

território que se constitui a partir da rede relações presentes no Morro; constituição que se evidencia com a circulação permitida apenas aos que eram do “pedaço”, ou então, aos devidamente acompanhados pelos inseridos nessa rede que demarcaria as fronteiras do permitido e do não-permitido.

A sucessão de becos e ruelas estreitas que levam até a cruz que nomeia o Morro eram as fronteiras do espaço delimitado pelos “guris de boné enterrado” (envolvidos com o tráfico), onde eles auscultam e vigiam todos que passam. Colados um ao outro, a religiosidade cristã, simbolizada pela cruz, e a face da violência, ocultada pelo boné, dividiam os mesmos palmos de chão, ostentando seus símbolos e empreendendo uma batalha metafórica, na qual os moradores empunham suas armas.

Em verdade, pode-se afirmar que os valores são o *frame* que informa o “júri popular” dos grupos corporados, como o da comunidade do Morro da Cruz: a regulação se estrutura e acaba por estruturar a possibilidade de julgar (no sentido de emitir juízo moral sobre) e ser julgado (no sentido de se submeter ao mesmo “tribunal” do qual se faz parte). É onde e como o *ethos* cristão se articula com o “tribunal de rua”, que recomenda, antes de pretender julgar, as boas relações, o comedimento e uma conduta pública que são valorizados no coletivo, o qual retira sua eficácia de sua não atuação direta, mas velada e inextricável do próprio processo de vivência no Morro da Cruz. Aqui, se verifica o quanto se pode perceber do caldo no qual é forjada a complexidade dessa identidade e como é importante a experiência imersiva que a etnografia pode proporcionar a fim de revelar as dinâmicas desse processo.

Remeter a tal *ethos* se relaciona com a importância, na dinâmica social específica do Morro da Cruz, do papel de uma instituição milenar e que tem muito a ver com a história das periferias das grandes cidades, mormente ao longo do século XX: a igreja católica. Seu papel de protagonista das primeiras ações sociais empreendidas no Morro da Cruz e como ponto de partida para o início de ocupação do território acabam por fazer confundir a sua história no território com a história da comunidade. Faz-se necessário, pois, compreender como se deu esse envolvimento e seus desdobramentos sobre a comunidade do Morro da Cruz.

para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações (Cf. MAGNANI, 2002, p. 21).

3. A Cruz e o Morro: assistência social, catolicismo e movimentos comunitários

A presença da igreja católica no Morro da Cruz sempre foi significativa, desde a gênese da ocupação até os desdobramentos posteriores que garantiriam ao Morro a face que hoje reconhecemos. Ao longo dessa história, o Instituto Leonardo Murialdo (ou simplesmente ILEM, como trataremos doravante) desempenhou papel importante para as transformações e a consolidação da ocupação humana no lugar que era tão inóspito e que só poderia servir de abrigo aos renegados e expulsos de outros cantos da cidade.

O ILEM é uma entidade que pertence a Congregação Josefina de Murialdo, cuja fundação aconteceu em Turim, na Itália, em 1873, pelo padre católico Leonardo de Murialdo. Hoje, os josefinos de Murialdo, como são conhecidos os membros da ordem, estão presentes em nove estados do Brasil (Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Ceará, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo), sendo que, na capital gaúcha, sua presença remonta a março de 1954, atuando na periferia do Bairro Partenon, mais especificamente na comunidade do Morro da Cruz. Na sua história de atuação no campo da “ação social” (assistencial) e de “promoção humana” (sob a chave da emancipação e cidadania), prioritariamente com crianças, adolescentes e jovens empobrecidos, a instituição teve como base a educação formal e popular e a iniciação profissional.

Em suma, a presença importante da igreja católica garante um viés significativo para o esforço declarado de “oportunizar aos jovens novos modos de vida”. Abrindo novas possibilidades por meio da oferta de cursos profissionalizantes, em diversas áreas, o Instituto Leonardo Murialdo (ILEM) pretende garantir a emancipação e o resgate da cidadania para seus educandos. Além disso, a longo prazo, isso servirá não só de referência para as gerações futuras, mas formará futuros educadores que forjarão os corações e mentes dos jovens do bairro. Vale lembrar que o lema “Educando corações” é um refrão famoso e presente em todos os cartazes que levam o nome do ILEM, em quaisquer eventos cujos membros ativos façam parte, nos mais diversos locais da cidade. Quando em eventos nacionais ou regionais, levam essa mensagem país afora; tais informações foram obtidas a partir de várias entrevistas e da observação de vários eventos promovidos pelo ILEM, bem como com o documento elaborado para subsidiar o principal projeto tocado pelo ILEM.

É na transmissão dos valores cristãos que reside essa educação de corações, proporcionando aos indivíduos, desde a mais tenra idade, uma formação humana e

espiritual compatível com os valores da ordem dos josefinos de Murialdo. Essa articulação entre a sintonia e os “sinais do tempo” proporcionaria ao discurso da entidade, antes de revelar a abertura presente atualmente nos responsáveis pelos inúmeros projetos, mostra-nos as dificuldades encontradas nos esforços por legitimar um discurso religioso num ambiente pluriconfessional característico de periferias formadas por contingentes populacionais oriundos das mais diversas regiões da cidade e do estado do Rio Grande do Sul (e, em menor monta, de outros estados da federação). Embora tenha sido mencionada de forma oblíqua, essa dificuldade ainda se desenha nos problemas encontrados em fazer com que o chamado “momento de espiritualidade” apresente uma formatação mais tolerante, menos engessada e mais pluralista⁶.

É importante salientar e situar que o trabalho dos josefinos de Murialdo, ordem católica caracterizada pelo trabalho assistencial desde a sua fundação (cujo criador, Leonardo Murialdo, é um expoente sempre referenciado em qualquer fala dos membros católicos do ILEM), esteve também associado à formação de quadros para a própria igreja. Depõe a favor disso, por exemplo, a presença de uma “casa dos padres”, que, se não é exatamente um seminário em sentido estrito, é um local que acolhe padres e lhes garante a reclusão necessária para a consecução da sua formação a fim de trabalhar nas obras sociais da entidade.

Por outro lado, cabe assinalar que não são só membros da igreja católica participantes do ILEM, nem mesmo isso constitui pré-condição para aceitação na obra assistencial “profissão de fé”. Educadores, educandos e até mesmo alguns há muito tempo envolvidos no trabalho feito pelo ILEM não são necessariamente católicos, mas quando não são, levam a situação com muita discrição, em boa medida porque, como me disseram coordenadores e muitos dos envolvidos, o esteio religioso que informa a missão da entidade não pode ser enfatizado sob pena da aceitação dos atendidos pelo ILEM rechaçarem as propostas de atividades oferecidas ou até mesmo se recusarem a comparecer.

Essa tensão é constante: se, por um lado a obra assistencial é religiosamente informada, segundo valores e princípios de uma ordem católica da ala mais progressista

⁶ Situado logo após os momentos de pausa para refeições e antes do começo das atividades de ensino, o “momento de espiritualidade”, segundo relatos e observação de reuniões, está ligado à necessidade de fazer acalmar os inquietos jovens que chegam para as atividades no recinto do ILEM, com o objetivo de demarcar e romper com eventuais animosidades “vindas de fora”. É um momento que ofereceria uma ruptura com o cotidiano tido como tumultuado dos jovens e crianças assistidos nas “casas” ligadas ao ILEM, a fim de evitar que a atividade de ensino seja prejudicada ou subaproveitada.

e do chamado “compromisso social com os mais carentes” (ou, como se diz na formulação clássica, “opção pelos pobres”), o mosaico religioso do Morro exige uma fluidez e uma tolerância que, em geral, os discursos religiosos são mais relutantes em apresentar. Em outras palavras, a necessidade de professar o evangelho e de fazer reverberar nas obras assistenciais os valores do catolicismo contribui muito para o engessamento das relações com as outras religiões, que, como em qualquer periferia, são abundantes e as mais diversas possíveis. Aqui, cabe lembrar o que Pablo Semán assinala a respeito dos setores populares na Argentina, os quais guardam inúmeras semelhanças com o que pude observar no Morro da Cruz, lembrando que “la religiosidad de los sectores populares se ejerce en un campo plural de instituciones que más allá de las iglesias católica y evangélica. [Implicando en] una visión cosmológica del mundo, una noción generalmente ignorada en función de los supuestos culturales que fundamentan los análisis tradicionales” (SEMÁN, 2004, p. 13).

Esses pressupostos culturais se referem a concepções que tendem a enxergar o religioso como residual ou como expressão de uma “cultura pobre”, em que o “mágico” e o “atrasado”, associados à religião popular, grassariam por causa de uma suposta falta de incremento intelectual destes setores populares. Se, do lado das religiões, o diálogo encontra-se dificultado em razão de certa intolerância ou hierarquização presentes entre os diversos discursos religiosos – resultado, muitas vezes, da história de convivência entre elas e do passado opressor e hegemônico da igreja católica –, as análises tradicionais mencionadas tendem a atrelar-se a conclusões que enfatizariam a carestia e a falta de recursos, em detrimento de observar as saídas criativas com as quais essas populações lidam com os mais diversos dilemas, muitos dos quais passando ao largo da simples falta de recursos.

Lidar com esse horizonte é o que marca a trajetória de quem vai se envolver com o trabalho assistencial no Morro da Cruz. Muitos relatos de funcionários(as) passam pela surpresa de perceber que, além dos boatos negativos (e todos os colaboradores(as), estimulados pelas minhas perguntas, apresentaram versões semelhantes de *input* informacional do Morro, segundo a mídia porto-alegrense) e da falta de recursos, há outra vida, carregada de afeto e valores que vão muito além do maniqueísmo presente no olhar de fora do Morro, consolidado por observadores apressados, cujos pés jamais subiram as longas ladeiras até o cume onde a Cruz se encontra.

Ressalto esses fatos para estabelecer a forma pela qual a dinâmica informacional

vai se constituindo no esteio que norteia o trabalho dos assistentes sociais, psicólogos e educadores em geral. Com nos lembra Goffman, existe um tipo de pessoa “informada” que se relaciona com o estigmatizado e que se caracteriza por ser “ [...] aquele cuja informação vem de seu trabalho num lugar que cuida não só das necessidades daqueles que têm um estigma particular quanto das ações empreendidas pela sociedade em relação a eles” (2008, p. 38).

Ou seja: é o contato direto com a população estigmatizada que de fato faz com que as ressalvas erigidas sob o manto da informação distorcida se esboroem quase por si só; é vendo como o afeto circula entre quem atende e quem é atendido (situação que presenciei inúmeras vezes) que se abre a possibilidade de relegar ao tamanho real o peso que a violência tem no cotidiano daquelas pessoas. Se há muito de violência doméstica, como os relatos não me permitem esquecer, há também muito de renúncia, paciência e abnegação em nome dos valores e membros da família. Se é um cotidiano tenso e marcado pelo conflito, seja com as normas do próprio ILEM (principalmente nos espaços educacionais da sede ao pé do Morro), seja com o ordenamento jurídico, também pode ser marcado pela confluência e pela gratidão pelas oportunidades oferecidas e aproveitadas por alguns dos jovens envolvidos nos projetos desenvolvidos no Morro da Cruz.

Um fato interessante ajuda a ilustrar: uma das pessoas que trabalham no Centro de Formação Profissional Murialdo, prestando também seus serviços à Creche (Centro de Educação Infantil, localizado ao lado da Cruz que nomeia o Morro) relatou-me que, quando decidiu por trabalhar no ILEM-API, no exato dia do seu “sim”, seu carro sofreu uma tentativa de roubo, tendo sido levado. Além disso, o portão e as paredes do próprio prédio sofreram uma série de avarias; cabe lembrar que o veículo estava estacionado próximo às dependências do ILEM (que, como já foi dito, fica ao pé do Morro).

Apesar disso, em vez de afugentá-la de vez dos riscos de trabalhar lá, o incidente ajudou essa pessoa a subsidiar e encorpar sua decisão. A coragem demonstrada por ela, certamente, vem não só das disposições valorativas que ela recebera desde o berço⁷, mas, também, da convicção sobre a importância de atitudes que visariam a aproximá-la da população a ser assistida, não carregando de pronto (e quase a revelia dos fatos) as informações que a “boa sociedade” disponibiliza a respeito dos moradores(as) do

⁷ Vale lembrar que a pessoa em questão mencionara a participação, em companhia da mãe, de obras assistenciais no bairro onde cresceu, na região metropolitana de Porto Alegre.

Morro, afinal de contas, como ela disse, “era o que sempre quis fazer”. No seu gesto, encontra-se a identificação com a condição de humanidade do outro para além das eventuais perdas materiais que poderia ter sofrido. É claro que não foi sem hesitação que esse passo foi dado; porém, a dedicação que todos veem nas suas atividades parecem depor em favor de seu comprometimento sincero com a causa defendida pelo ILEM.

É importante reter, aqui, que não se faz apologia ao crime ou qualquer correlato condescendente, muito menos se encaminham argumentos no sentido de que a violência e o crime cometido no bairro do estudo de caso seriam menores ou menos relevantes. O que quero ilustrar com esse fato é a necessidade de transpormos as mediações fornecidas por nossos valores para encararmos tais situações, nas quais o que acreditamos entra em choque com o observado.

Mais ainda: a atitude tomada pela funcionária, que depois de uma reflexão decidiu continuar trabalhando na comunidade, serve para ilustrar parte dos sacrifícios associados com a profissão nas regiões de risco e caracteriza algumas das decisões que por vezes são tomadas para se sobrepor às noções de segurança a necessidade de empreender um trabalho social que evite a reprodução da lógica encarceradora que empurra os jovens desde cedo a optarem entre o caminho “reto” e o “desviante”. Omitir-se ou simplesmente abandonar a atividade, mais do que um alívio, oferece também o remorso por não contribuir proativamente para as mudanças sociais capazes de viabilizar novos horizontes para os jovens do Morro.

Esse tipo de envolvimento profundo só faz aumentar, com o tempo, de permanência nas atividades do ILEM, como pude notar. Não que esta responsabilidade assumida seja o único combustível para mover os obstáculos quase diários que assistentes, psicólogas e educadores encontram no exercício de suas funções; nem mesmo que esta seja a justificativa que usam indistintamente para situarem seu papel na comunidade. As nuances vão mais além e, por vezes, chegam a implicar em outras dimensões, inclusive as oriundas das trajetórias individuais dos membros da equipe.

No limite, podemos dizer que há também a instituição de uma identidade entre os que atendem aos moradores de lá, que são o convívio e as oportunidades conferidas de parte a parte ao compartilhar o espaço e desvelar aquilo que ganha invisibilidade para quem “está fora”. Este é o móvel capaz de conferir uma dinâmica que viabiliza o mútuo entendimento – ou, ao menos, um esforço maior para que o entendimento aconteça.

4. Conclusão

A tentativa de sobrepor os elementos da teoria do estigma de Goffman com a figuração estabelecidos-*outsiders* de Elias buscou conjurar eventuais problemas de só se abordar o lado de quem é alvo do estigma. É preciso deixar bem claro que o estigma não vem do nada e que apresenta razões reveladoras da interdependência entre os diversos grupos sociais dentro da cidade, marcando a espécie de *script* que prescreve margens de atuação dos indivíduos e de representação de si e dos outros em que os atores são enquadrados. Tal dinâmica discursiva e estigmatizante não se sustenta a partir de um contato maior com aqueles que são alvos do estigma, como bem nos recorda uma das colaboradoras do Morro: conhecendo, e se permitindo ser conhecido por eles, a desconfiança que é insuspeitadamente mútua se desvanece, dando lugar a relações intensas, como sói acontecer quando há espaços para, a partir das eventuais diferenças, podermos também olhar para aquilo que aproxima.

Fundamental para essa percepção do processo foi observar as diversas formas de interação que abundam no Morro da Cruz entre os moradores(as) e funcionários(as) da rede assistencial. Apesar da tênue identificação acima assinalada, e que, para muitos, serve como esteio para justificar o ingresso, trata-se de uma identificação mais profunda, duradoura e é o reconhecimento dos valores que informam os habitantes do Morro que permite a manutenção do contato e da conseqüente valorização da produção identitária presente de forma peculiar no Morro.

Esta produção caracteriza-se pelas estratégias arrojadas que visam a combater as tentativas de subjugar o esforço criativo demandado para não se deixar abater e ser convertido em mera peça de legitimação do estigma, aceitando o papel constantemente empurrado aos moradores(as) do Morro. As manifestações culturais e o reconhecimento de que elas podem transmitir uma autoimagem da comunidade para toda a cidade contribui para fazer erodir as disposições sociais hegemônicas em contrário, que negam, silenciam e tentam tornar invisíveis toda uma região da cidade. Sensibilizar e fazer de pessoas “de fora”, como os presentes na rede de assistência social no Morro, torna-se, por seu turno, também peça importante para tal embate no seio de uma sociedade desigual. Para tanto, detive-me com mais vagar nas características e nas motivações dos integrantes desse heterogêneo grupo e que tem uma importante contribuição para decodificar e construir uma ponte entre os moradores(as) e o entorno que se esforça por ser indiferente.

Isso fica claro quando percebemos o quanto da identidade desses dois grupos complementares – os “de dentro” e os “de fora”, com contato constante –, podem ser aferidas nos próprios encontros entre ambos, nos mais sutis gestos e nos momentos de envolvimento mais demorados, bem como no entendimento mútuo que se percebe em constante construção, a despeito da diversidade de origem social dos elementos presentes em cada um desses grupos.

Num mundo onde a origem social é capaz de impedir a visão do que há por trás dos muros da sua faculdade, o papel da antropologia se faz cada vez mais importante na medida em que ela tem um papel mediador e desenvolve um tipo de sensibilidade capaz de deslocar o senso comum a fim de que ele comporte as nuances da realidade onde os contatos se tornam mais assíduos e transformadores.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

CALDEIRA, Tereza. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002, p. 11-29.

OLIVEN, Ruben. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In: *O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

VECCHIO, Maria Carolina. *Onde mora o perigo? Um estudo sobre noções e práticas de proteção à infância entre moradores de uma vila popular de Porto Alegre*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: IFCH/PPGAS, 2007.